

# “DRIBLANDO O RAPA”: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS DOS COMERCIANTES INFORMAIS EM CAMPINA GRANDE - PB (1980 – 2002)

Kalina Dias Neri\*

Prof<sup>a</sup> MSc Jussara Natália M. Bélens (Orientadora - UEPB)

## INTRODUÇÃO

Acredita-se que a sociedade capitalista cria mecanismos para melhor controlar as pessoas. Ela encontra sustentáculos nos sujeitos detentores de saber-poder que objetivam submeter outros sujeitos considerados “inferiores” por meio de leis, hierarquizações, eliminações e disciplinamentos. Mas os “inferiores”, longe de serem passivos, elaboram suas resistências jogando de maneira criativa com as imposições ou criando meios para alterá-las.

É dentro dessa noção de sociedade capitalista que investe na dominação, mas ao mesmo tempo se depara com a resistência, que o presente trabalho tem como objeto de estudo, os comerciantes informais (camelôs e vendedores ambulantes) de Campina Grande. Em síntese, objetiva-se compreender, num período que se estende de 1980 a 2002, como os poderes da cidade – Prefeitura Municipal e órgãos representantes do comércio formal: o Sindicato do Comércio Varejista e a Associação Comercial – utilizam de mecanismos de controle para evitar a expansão desses trabalhadores nas ruas centrais da cidade, e como esses trabalhadores resistem por meio de táticas e estratégias.

Para a realização do trabalho, adota-se uma abordagem metodológica do tipo analítico, sintético, qualitativa e quantitativa com a utilização de fontes documentais escritas como livros, monografia, tese e uma vasta coleção de reportagens pesquisadas no arquivo do jornal, O Diário da Borborema que proporciona valiosa investigação do cotidiano desses trabalhadores. Para um maior enriquecimento do trabalho também se utiliza a metodologia da História Oral com a exposição e análise de relatos de antigos camelôs instalados atualmente na Arca Catedral. Sem dúvida, a utilização da História Oral neste trabalho é relevante em dois sentidos. Primeiro porque possibilita a aquisição de informações inéditas, isto é, que dificilmente podem ser encontradas em jornais, revistas ou livros; segundo, revela um pouco do cotidiano de sujeitos sociais resistentes na luta diária pela sobrevivência.

---

\* Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

## **A Conquista do Espaço como Motivador de Conflitos**

A cidade de Campina Grande está localizada no Agreste paraibano. Desde sua fundação (1864) até os primeiros anos de 1950 se destaca com um intenso comércio que se constitui no principal setor da economia. Nos anos 60 – auge da industrialização no Brasil – a cidade se beneficia com o projeto da SUDENE<sup>1</sup> e investe na indústria que passa a assumir maior importância na economia da cidade.

O processo industrial estimulado pela SUDENE altera o quadro organizacional do espaço de Campina Grande; esse processo exige a implantação de uma infra-estrutura representada pela modernização do sistema de transportes, comunicação e a criação de um Distrito Industrial para onde converge considerável número de indústrias locais e de outras regiões do país. Em meio aos investimentos na indústria, a cidade apresenta, a partir dos anos 70, um elevado processo de urbanização motivada pelo êxodo rural.

Conforme Braga de Sá (1986:194-195), o êxodo rural é estimulado pela expansão do capital na agricultura e paralelamente à incorporação de mais terras expulsando o homem do campo.

A título de informação, em 1970, Campina Grande conta com uma população de 174.649 habitantes, sendo que 164.864 pertencentes ao setor urbano e apenas 9.037 ao setor rural. Com base nesses dados, a população urbana supera em 94,4% a população rural. Nos anos de 1980, a cidade atinge os 233.083 habitantes; e desse elevado número, apenas 3.824 habitantes se localizam no setor rural, enquanto que 98,4% (que equivale a 229.259) vivem na área urbana. (BRAGA DE SÁ:1986).

Crocica (1987) declara que ainda nos anos 80 a cidade de Campina Grande também “acolhe” um grande contingente de migrantes de cidades circunvizinhas (Brejo Paraibano) e do Sertão.

Pelos dados e informações acima percebe-se que entre a década de setenta e oitenta a cidade cresce demais, recebendo, a cada dia, pessoas vindas do setor rural e de outras cidades. De acordo com Lucena (2004), o crescimento populacional acaba superando a capacidade de criar novos empregos e quando a cidade chega aos anos 80 com uma forte crise econômica no setor industrial e comercial, a problemática da falta de emprego se agrava.

---

<sup>1</sup> SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) projeto criado na gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-60) com o objetivo de desenvolver o setor industrial no Nordeste. Algumas cidades do Nordeste, a exemplo de Campina Grande e João Pessoa na Paraíba, são beneficiadas pela SUDENE que passa a operar no início dos anos sessenta, estimulando a vinda de muitas indústrias do Sudeste para as cidades beneficiadas com a garantia de incentivos fiscais e mão-de-obra barata.

É importante lembrar que na década de 80, o país investe na política neoliberal e como consequência sofre com forte recessão e desemprego crescente, levando o trabalhador a uma posição cada vez mais desvantajosa com a baixa dos salários. Em Campina Grande a realidade não é diferente. Conforme Lucena (2004), em 1979, a cidade tem uma forte redução dos incentivos fiscais no setor industrial fazendo com que muitas indústrias de outras regiões instaladas no Distrito Industrial, a exemplo da Sanbra, Bravisa, Wallig Nordeste e outras fechem as suas portas ou migrem para outros centros urbanos. As indústrias que resistem à crise sem o apoio dos incentivos fiscais, acabam diminuindo o número de funcionários. O comércio também sofre com a crise chegando a ter uma evasão de ICM (Imposto de Circulação de Mercadoria) na ordem de 10 a 15%.

Diante da crise financeira muitos trabalhadores desempregados migram para outras regiões; aos desempregados que ficam e aos que chegam em Campina Grande (migrantes do setor rural e de outras cidades do Estado) sem oportunidades de emprego, acabam investindo no setor informal e na informalidade como meio de sobrevivência.

De acordo com Dedecca (2007, p.19). O setor informal engloba formas de trabalho consideradas de pequeno porte com objetivos de sobrevivência e que atuam a margem dos segmentos modernizantes da economia que privilegiam o lucro. Quanto a informalidade está relacionada ao não cumprimento de normas de proteção aos trabalhadores (ausência de contribuição para a previdência e outros fundos que beneficiam a força do trabalho). Em outras palavras, a informalidade diz respeito às ocupações sem proteções sociais, que não contribuem para o sistema nacional de previdência social e para os demais fundos da política social.

No presente trabalho, privilegiamos dois trabalhadores do setor informal da economia - camelôs e vendedores ambulantes - ambos sobreviventes do comércio informal realizado nas ruas centrais de Campina Grande –PB, num período que se estende de 1980 à 2002. Tais trabalhadores se caracterizam por não pagarem impostos ao Estado para vender as suas mercadorias e nem utilizarem notas fiscais de entrada e saída da mercadorias comercializadas, e também, por venderem os mais variados tipos de mercadorias (frutas, legumes, raízes, bijuterias, utensílios domésticos...) com ponto fixo (camelôs) e sem ponto fixo (vendedores ambulantes) nas ruas centrais.

Uma observação importante, o comércio informal nas ruas centrais de Campina Grande já se constituía uma realidade antiga (desde as primeiras décadas do século XX). Ainda em fins dos anos 50, incomoda o Sindicato do Comércio Varejista da cidade que exige

do governo do Estado a fiscalização desse comércio que não paga tributos ao fisco do Estado. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 01/03/58: 08 – I Caderno).

Porém, a presente discussão sobre os comerciantes informais das ruas centrais de Campina Grande se desenvolve a partir dos anos 80, em meio à crise econômica provocada pelo fechamento de várias indústrias, baixa no comércio, e constante vinda de trabalhadores rurais do próprio município e de outras cidades. É dentro desse contexto que se estuda a expansão do comércio informal que, de um lado, serve como “solução” para os desempregados, principalmente, para os migrantes; do outro, passa a ser considerado um problema, já que essa atividade incomoda o poder municipal e órgãos representantes do comércio formal como o Sindicato do Comércio Varejista e a Associação Comercial.

Segundo a Prefeitura Municipal, os comerciantes informais funcionam como um obstáculo ao projeto de cidade moderna, pois impedem e/ou dificultam a estética e a higiene, elementos essenciais a uma cidade moderna.

Em entrevista feita ao jornal, O Diário da Borborema, o secretário da SSU (Secretaria de Serviços Urbanos) faz a seguinte declaração:

Os calçadões não foram feitos para área de comércio, inclusive, eu assumi um compromisso com os comerciantes e o povo para retirar todos (...) Precisamos ter em mente que os calçadões sejam o cartão de visita, e lutamos para isso, Campina é uma cidade bonita temos que melhorá-la.

(DIÁRIO DA BORBOREMA, 17/06/82: 08 -I Caderno)

Percebe-se que a fala do secretário da SSU coincide no que Certeau (1994:173) chama de discurso utópico urbanístico que deseja eliminar ou disciplinar os grupos ou sujeitos indesejados. Para a SSU não é agradável que os calçadões – cartão de visita da cidade - e as ruas centrais – locais onde existe um comércio legalizado e organizado – se deparem com a presença de trabalhadores informais que, além de desorganizar os espaços proibidos, também sujam o ambiente dando a cidade uma má impressão.

Com relação a cidade utópica urbanística, expressa Certeau:

A ‘cidade’ a maneira de um nome próprio oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas umas sobre as outras. Nesse lugar organizado por operações classificatórias, combinam-se gestão e eliminação (...) rejeita-se tudo aquilo que não é tratável. (CERTEAU, 1994: 173)

Ainda nos primeiros anos da década de 80, na administração do prefeito Ronaldo Cunha Lima (1983- 88), tenta-se bloquear a expansão dos comerciantes informais por meio de cadastramento e disciplinamento (barracas padronizadas em espaços previamente determinados) nas Ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e Cardoso Vieira. Ao lado desse disciplinamento fortifica a fiscalização empreendida pelos agentes da SSU (Secretaria de Serviços Urbanos). Tal fiscalização popularmente nomeada de “rapa” torna-se no mais violento mecanismo de controle municipal que perdura até os primeiros anos do século XXI. Em síntese, o “rapa” consiste na ação enérgica dos fiscais da Prefeitura em retirar dos comerciantes informais as mercadorias que estão sendo comercializadas com o objetivo de obrigá-los a saírem das ruas.

Com base nas entrevistas realizadas com antigos camelôs, instalados atualmente na Arca Catedral, tal mecanismo punitivo fez uso de várias técnicas para coibir a permanência dos não cadastrados nos espaços proibidos.

A primeira técnica foi a perseguição previamente planejada. O Senhor Severino dos Ramos, que trabalhou onze anos vendendo frutas na Rua Marques do Herval comenta como ele e seus colegas não cadastrados sofriam com a perseguição do “rapa”.

Quando a gente começava a trabalhar, lá os fiscais vinha. Vinha da Floriano Peixoto e ali pegando o Banco Itaú, aí cercava e quem tava lá em frente ao Colégio Alfredo Dantas eles cercava (...) aí pegava a carroça colocavam em cima de uma Toyota e levava a mercadoria (...) se eles pegasse outra vez, eles não entregava a mercadoria não.  
(Depoimento dado em 25/08/2006)

É importante observar, na fala do vendedor, que havia também a técnica de não entregar a mercadoria dos vendedores que já tinham sido punidos anteriormente com a apreensão de mercadorias. Acredita-se que a utilização dessa técnica acabava dificultando a volta do vendedor as ruas porque o mesmo tinha prejuízo na perda da mercadoria e a dificuldade financeira de investir em novas mercadorias.

Uma outra técnica mais cruel foram os atos de agressões, principalmente aos vendedores resistentes em não entregar as mercadorias. Quem relata esse tipo de técnica é o Senhor Neuri Vasconcelos que durante doze anos vendeu ervas na Avenida Floriano Peixoto, em frente ao colégio das Damas. Segundo o vendedor, os fiscais do “rapa”: “(...) *recolhiam a mercadoria e se o cara resistisse ia pro cacete*”. ( Depoimento dado em 25/08/2006). Com base nessa informação, pode-se afirmar que a resistência era considerada um desacato à fiscalização que impunha uma autoridade que deveria ser aceita e respeitada.

A ação de prender o vendedor não cadastrado também foi uma técnica utilizada pelo “rapa”, principalmente quando o vendedor resistia por meio da fuga. Dona Maria de Lourdes Reis, que durante doze anos vendeu ervas e raízes na avenida Floriano Peixoto, afirma que nunca teve problemas com a fiscalização do “rapa” mas declara que colegas de trabalho não cadastrados, sofriam muito com a fiscalização, ao ponto de serem presos. Como ela mesma relata:

Um dia eu chorei, por causa de um vizinho meu que foi preso vendendo num carro de milho, (ele) se escondia por trás de minha barraca, e o carro do “rapa” vinha da Secretaria e prendia, e aquilo se perdia lá, e eles não devolviam a mercadoria, então o pobre tinha prejuízo e eu mim sentia muito (...) Com muita luta – com uma semana ou duas – é que devolviam o carrinho, o balde, o taxa de cozinhar o milho e o butijão, mas a mercadoria não devolvia porque já tinha apodrecido.  
(Depoimento dado em 24/08/2006)

Constata-se pelos depoimentos acima que, mesmo que o poder disciplinar utilize a técnica da vigilância e o mecanismo punitivo apoiado em técnicas opressoras (perseguição, não devolução das mercadorias, agressões físicas e apreensão dos próprios vendedores) a resistência existe, seja ocupando um espaço proibido, seja utilizando a fuga durante a perseguição. Essas ações de resistência mostram que os comerciantes informais não aceitam passivos as imposições e ações do poder municipal. Mesmo em meio ao poder eles jogam com os espaços; eles teciam os espaços e fazia da conquista desses uma experiência audaciosa e arriscada.

Além da insatisfação do poder municipal, os representantes do comércio formal - Sindicato do Comércio Varejista e Associação Comercial - de Campina Grande se constituem ainda no início da década de 80 em um outro poder que se mostra intolerante com a expansão dos camelôs e vendedores ambulantes que se expandem pelas ruas centrais vendendo todo tipo de mercadorias: frutas, alumínios, confecções, peças para fogão, tapetes, utensílios domésticos, bijuterias, bolsas, calçados...

Em um ofício enviado à Secretaria de Finanças do Estado, o Sr. Antônio Moraes, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Campina Grande, denuncia a expansão e concorrência do comércio informal da cidade que, em muito, prejudica o comércio formal, pois esse último contrata funcionários e paga impostos ao Estado. Ele critica a ação do Estado em estar atento à fiscalização do comércio formal e relaxar na fiscalização ao comércio informal. Observe parte do ofício, divulgada no dia 25 de junho de 1981. (pág. 05, I-Caderno) no jornal O Diário da Borborema.

O comércio varejista regular já é boicotado severamente e as repartições competentes dispõem de todos os elementos de controle, ou melhor, de uma radiografia perfeita das operações realizadas pelos comerciantes, como sejam, Notas Fiscais de entrada e saída de mercadorias, livros de entrada e saída de operação do ICM, afora outras exigências.

Observe agora o que acontece com o comércio varejista irregular, esse comércio paralelo que não tem controle rígido, não tem escrita (...) vende até por atacado como temos conhecimento, muitos desses (...) vendendo ainda no meio das ruas com suas mercadorias abarrotando as calçadas ou em cima de veículos motorizados.

Observa-se nas últimas linhas desse ofício que o Sr. Antônio Moraes denuncia a expansão e concorrência tanto dos camelôs, quanto a dos vendedores ambulantes.

Já nos anos 90, com o aumento do número de comerciantes informais nas ruas centrais da cidade, a Associação Comercial passa a exigir uma solução para o problema por meio de um disciplinamento, pois até a calçada da mesma se transforma em espaço de comercialização dos vendedores informais. Como um ato de denúncia, a entidade afirma que esses trabalhadores causam prejuízo ao município, já que não pagam o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias). Em entrevista concedida ao jornal, O Diário da Borborema, Eder Medeiros (presidente da Associação Comercial) compara a Rua Maciel Pinheiro, a Ceasa (feira localizada no bairro do Alto Branco que atualmente recebe o nome de Empasa): com a seguinte afirmação: *“A Ceasa é a Rua Maciel Pinheiro do centro da cidade. Lá se vende de tudo (...) É preciso uma medida urgente para impedir uma completa favelização do comércio campinense porque agora nem a calçada da Associação Comercial escapou do comércio”*. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 30/12/94: 08 – I Caderno)

Os conflitos entre comerciantes informais e poderes locais (Prefeitura Municipal e representantes do comércio informal) tornam-se constantes, no início da década de 90, já que os comerciantes informais contam com o Sindicato (SIVEPA- Sindicato dos Vendedores Pracistas e Ambulantes) que se transforma na maior forma de resistência coletiva desses trabalhadores. É por meio do SIVEPA, uma estratégia que funciona como um contrapoder, que os camelôs e vendedores ambulantes resistem de forma mais veemente contra a ação do “rapa”, e denunciam não só nos jornais, mas também nas ruas da cidade, por meio de protestos, as decisões impostas pelo poder municipal apoiado pelos representantes do comércio formal.

A máxima dos protestos ocorre em Julho de 1999 quando o SIVEPA realiza uma manifestação no centro da cidade reagindo à decisão da Prefeitura Municipal em instalar os comerciantes informais nas ARCAS (Áreas Culturais e Comércio ao Ar Livre). Segundo o jornal, O Diário da Borborema, tal protesto provoca o fechamento de lojas e agressões aos próprios companheiros da categoria. Observe parte da matéria publicada com destaque na capa do jornal:

O que deveria ser uma manifestação de protesto, contra a proposta da Prefeitura Municipal de Campina Grande de tirar os vendedores ambulantes das ruas para Áreas do Comércio e Cultura ao Ar Livre (ARCAS), promovida pelo SIVEPA, acabou se transformando em um ato de baderna. A manifestação foi marcada por violência, soltura de bombas juninas, agressões físicas e ameaças por ambulantes que faziam parte do comando do movimento e pela própria diretoria da entidade de classe contra camelôs que se negavam a retirar as suas mercadorias das barracas.  
(DIÁRIO DA BORBOREMA, 23/07/99)

Apesar de se constituir em um protesto violento, com agressões aos próprios membros da categoria, o mesmo evidencia uma prática de resistência com intenções de ampliar para o corpo social a determinação da Prefeitura em não negociar com as propostas do sindicato.

Mesmo com os protestos do SIVEPA, em 2001, a Prefeitura reforça o programa de revitalização do centro da cidade com uma série de projetos executados, dentre os quais, o projeto Campina Decó que além de recuperar as fachadas das casas comerciais, padronizar as calçadas e mudar a rede elétrica, tem o grande objetivo de retirar, em definitivo, os camelôs e vendedores ambulantes das ruas centrais. Pondo em prática o projeto, a Prefeitura realiza a construção de duas ARCAS na Avenida Floriano Peixoto; uma no terreno do antigo restaurante Piras Bar, nomeada Arca Titão, e a outra, em um estacionamento próximo a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, nomeada de Arca Catedral. É importante lembrar que a construção das ARCAS é feita em meio à insatisfação dos comerciantes informais. Além das ARCAS a Prefeitura também constrói um Shopping Popular localizado na Rua Marquês do Herval, no prédio onde funcionou as Lojas Brasileiras.

No dia 05 de fevereiro de 2002, os “antigos” camelôs e vendedores ambulantes – pouco mais de 600 - filiados ao SIVEPA e cadastrados na Prefeitura, são obrigados a sair das ruas e a ocupar as áreas construídas pela Prefeitura (ARCAS e Shopping Popular). Quanto aos não cadastrados e não “contemplados” com os novos espaços, são obrigados a deixar as ruas centrais conforme decisão da Prefeitura:

De acordo com a Prefeitura Municipal (...) a partir de hoje a SSU inicia uma nova “caçada” pelas ruas da cidade, a fim de evitar que novos vendedores passem a ocupar as calçadas.

Conforme o prefeito, não se trata de perseguição, mas não será permitido a nenhum vendedor ambulante a permanência nas calçadas do centro.

(DIÁRIO DA BORBOREMA, 05/02/02, A7)

Com essa iniciativa, a Prefeitura Municipal finaliza uma longa trajetória de resistências dos camelôs e vendedores ambulantes que por mais de vinte anos utilizaram as mais variadas táticas e estratégias para sobreviverem e permanecerem vendendo mercadorias nas ruas centrais, e mais, o poder conquista o desejo de discipliná-los em lugares previamente organizados, na intenção de facilitar a vigilância e o controle.

Diante dessa longa, mas relevante discussão acerca da expansão, conflitos e resistências dos comerciantes informais das ruas centrais de Campina Grande - num período de pouco mais de vinte anos – é importante fazer algumas considerações importantes.

Constata-se a presença de poderes: Prefeitura Municipal e representantes do comércio formal como o Sindicato do Comércio Varejista e a Associação Comercial que no geral objetivam esbarrar a expansão dos comerciantes informais, mas cada qual com os seus interesses.

A Prefeitura Municipal tem o interesse particular de organizar as ruas centrais retirando dessas um grupo de trabalhadores que causam má impressão; e agrupá-los em lugares previamente organizados para melhor serem vigiados e controlados.

Quanto aos defensores do comércio formal: o Sindicato do Comércio Varejista e a Associação Comercial, a intenção particular é de evitar a concorrência incômoda desses trabalhadores que não pagam impostos ao Estado.

Assim, conforme Chauí (1989) incorreríamos em grave erro se imaginássemos que as ações desses poderes têm os mesmos interesses, os mesmos conteúdos, ainda que globalmente evitem a expansão dos comerciantes informais.

A rede de vigilância empreendida por esses poderes é também um outro aspecto observável na expansão dos comerciantes informais. Ela funciona como uma máquina em que todas as peças (olhares vigilantes) estão atentas a dispersão dos camelôs e vendedores ambulantes.

Com relação ao poder da vigilância, Foucault faz o seguinte comentário:

O poder da vigilância (...) funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um ‘chefe’ é o aparelho

inteiro que produz ‘poder’ e distribui esse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda a parte sempre alerta.  
(2002, p. 148)

Segundo Certeau (1994), é inegável que haja uma máquina de poderes que vigia e controla os sujeitos, porém, dentro dessa malha de poderes os sujeitos reagem, por meio de táticas e estratégias. É o que acontece com os camelôs e vendedores ambulantes de Campina Grande, que não se curvam aos mecanismos de punição - o “rapa”- e aos disciplinamentos. Tanto é que ainda nos primeiros anos da expansão resistem por meio de táticas: fugindo e denunciando as agressões.

Nos anos noventa, ao lado dessas táticas resistem ainda mais com a adoção da maior estratégia de resistência dos trabalhadores – o sindicato – que funciona como um contrapoder legal que protesta pela permanência nas ruas.

Portanto, em meio às vigilâncias, proibições, punições e disciplinamentos, os comerciantes informais das ruas centrais de Campina Grande abrem “caminhos” e ocupam um espaço central como ponto inicial e essencial a sobrevivência, burlam as ordens desorganizando o jogo classificatório e esquadrihado da disciplina, driblam o “rapa” como maneira de fazer vitória dos “fracos” sobre os “fortes” e encontram nas ruas de Campina Grande a “arte” de sobreviver.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Histórias Dentro da História*. In: PINSKY, C. Bassanezi. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo. Contexto, 2005.

BOSI, Eclea. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio da Psicologia Social*. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA DE SÁ, Marisa. *Algumas Considerações Sobre o Papel de Campina Grande na Rede Urbana Paraibana*. In: Latin American Studies. Campina Grande – PB. Japan: Universidade de Tgukuba, Ibaraki, 8, 1986.

\_\_\_\_\_. *A Paisagem Recriada: Um Olhar Sobre a Cidade de Campina Grande*. In: GURJÃO, E. Queiroz (org.) et alii. *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. PMCG, 2000, p. 179-189.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. I. Artes de Fazer*. 2ª ed. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis. R J. Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. 4ª ed. São Paulo, 1989.

CROCIA, N. de Barros. *O Pequeno Comércio no Interior do Nordeste do Brasil: Estudo Sobre o Comércio Ambulante na Cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba*. Tese de Doutorado. São Paulo, 1987.

D'ASSUNÇÃO, Barros José. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 2004.

DEDECCA, C. Salvadori. *Setor Informal e Informalidade no Brasil*. Revista Ciência Hoje. Vol. 39. nº 234, Jan/fev, 2007, p. 18-29.

FERREIRA, M. de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora F.G.V, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*. 25ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis. Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Graal, 2001.

GRINT, Keith. *Sociologia do Trabalho*. Tradução de Mônica Pinto. Lisboa. Instituto Piaget, 1998.

KOVÁCS, Iona. *As Metamorfoses do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*. Portugal. Celta, 2002.

LUCENA, W. Nóbrega. *Centro X Feirantes e Camelôs: Desafios da Modernização de Campina Grande*. (Monografia de História) UFPB, Campina Grande, 2004.

NARDI, H. Caetano. *Ética, Trabalho e Subjetividade: Trajetórias de Vida no Contexto das Transformações do Capitalismo Contemporâneo*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006.

NÓBREGA, Joana d'Arc A. Ferreira. *A Mobilidade Populacional em Campina Grande: Um Estudo do Processo Migratório (1980–1990)*. (Dissertação de Mestrado em Geografia), UEPB, Campina Grande, 1997.

OLIVEIRA, Olga L. Matos. *O Setor Informal Urbano Frente à Dinâmica Capitalista: Um Estudo em Feira de Santana – BA*. (Dissertação de Mestrado em Economia), UFPB, Campina Grande, 2000.

JORNAL O DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande – PB. 1980-2002. Várias Edições.

